

Ramon Llull (1232-1316)

A Árvore Imperial
(1295)

Tradução:

Prof. Dr. Ricardo da Costa (Ufes)

Revisão ortográfica:

Profa. Regina Egito (Ufes)

Supervisão:

Prof. Dr. Fernando Domínguez Reboiras

(*Raimundus-Lullus-Institut*, Albert-Ludwigs-Universität,
Freiburg im Breisgau, Alemanha)

Sumário

Agradecimentos.....	3
Apresentação	4
Do Prólogo	5
Da Divisão deste <i>Livro</i>	6
Da <i>Árvore Imperial</i>	6
I. Das Raízes da <i>Árvore Imperial</i>	7
II. Do Tronco da <i>Árvore Imperial</i>	7
III. Dos braços da <i>Árvore Imperial</i>	8
1. Dos barões	8
2. Dos cavaleiros.....	9
3. Dos burgueses.....	9
4. Do Conselho.....	9
5. Dos procuradores.....	10
6. Dos juízes	10
7. Dos advogados	10
8. Dos aguazis	10
9. Dos inquisidores.....	11
10. Do confessor	11
IV. Dos Ramos da <i>Árvore Imperial</i>	11
1. Da Justiça.....	11
2. Do Amor	11
3. Do Temor.....	12
4. Da Sabedoria.....	12
5. Do Poder	12
6. Da Honra.....	13
7. Da Liberdade	13
V. Das Folhas da <i>Árvore Imperial</i>	14
1. Da Quantidade	15
2. Da Qualidade	15
3. Da Relação	15
4. Da Ação e da Paixão.....	15
5. Do Hábito	16
6. Da Situação	16
7. Do Tempo.....	16
8. Do Lugar	17
VI. Das Flores da <i>Árvore Imperial</i>	17
VII. Do Fruto da <i>Árvore Imperial</i>	17
Bibliografia	18
Fonte	18
Bibliografia utilizada.....	18

Agradecimentos

Ao querido mestre Prof. Dr. Fernando Domínguez Reboiras (*Raimundus Lullus Institut* de Freiburg), pelo carinho e infinita paciência com minhas dúvidas.

A todos os gentis colegas do *Raimundus Lullus Institut* de Freiburg, Linda Báez Rubi (México), Gerald Crestà (Argentina) Blanca Garí (Espanha), pelos auxílios voluntariosos e prestativos.

À minha família, que me deixou morrendo de saudades no outono/inverno da linda Alemanha em 1999 enquanto terminava minha tese de doutorado e as traduções das fontes, como essa.

Apresentação

Esta tradução foi apresentada como trabalho final do curso *Tradução de catalão antigo* realizado no *Raimundus-Lullus-Institut*, durante estágio na Albert-Ludwigs-Universität (Freiburg im Breisgau, Alemanha) nos meses de setembro a dezembro de 1999. Foi supervisionado pelo Prof. Dr. Fernando Domínguez Reboiras (*Wissenschaftlicher Angestellter* do referido Instituto).

Para este trabalho utilizei a edição *Obres Essencials (OE)*¹, que, por sua vez, serviu-se dos dois manuscritos existentes em catalão: 1) Biblioteca Ambrosiana de Milão (ms. D. 535 inf., século XV e 2) de origem desconhecida (copiado em Perpignan no ano de 1418 por Guillem Savall). Optei nesta tradução por preservar ao máximo a literalidade do texto luliano – a métrica, a divisão das frases, a pontuação. Meu critério teve por objetivo a tentativa de conservar o valor medieval das palavras, que, na filosofia luliana, se revestem de sentidos metafísicos bem demarcados. Por exemplo: em suas obras é de suma importância o verbo convir. Ele adequa o entendimento do mundo e daquela sociedade hierarquizada como uma conveniência que se liga ao sagrado, ao eterno, porque é conveniente a Deus e aos homens.

Por outro lado, palavras arcaicas foram preservadas, pois muitas vezes expressam um sentido medieval e metafórico que se perdeu com o tempo. Também muitas vezes, certo jogo de sentidos de palavras criados por Lull (bonificar, bonificação, bonificatividade), que fazem parte de um mesmo universo semântico (e da filosofia luliana dos correlativos), mas com significados distintos, foi também preservado. Especialmente um jogo literário bastante utilizado por Lull: a precisão do sentido do particular e do geral. Este preciosismo do autor não seria notado caso optasse por uma tradução mais livre. Por exemplo, Lull é bastante preciso quando usa (ou não) os artigos: o cavaleiro, cavaleiro; cavalaria, a cavalaria. É proposital a diferença. Como sua obra se destina a toda a cristandade, seu projeto social e utópico deve ser estendido a todos os reinos cristãos. Portanto, ao dizer cavaleiro (e não o cavaleiro) ele dirige seu discurso a todos os cavaleiros cristãos, como se as particularidades de cada cavaleiro fossem suprimidas por este cavaleiro maior, imaginário. Já quando usa o artigo, sua intenção é o particular, aquele cavaleiro específico a que o discurso se dirige, um uso bastante “moderno”, levando-se em consideração a época em que o texto foi produzido.

Outra permanência proposital nesta tradução são as repetições do texto, as quais preservei, assim como está no original. Entendo que, além de uma possível “pobreza vocabular” – característica de um período onde a língua começava a ser textualmente fixada – é possível que o autor desejasse uma *musicalidade textual* na repetição. Como tais textos muitas vezes eram lidos em voz alta para uma platéia, a repetição deveria formar como que um *círculo imaginário* e nele prender a atenção do ouvinte, causando um efeito literário, por assim dizer, “hipnótico”. Ao ser escrita, a letra medieval deveria “falar” na mente do leitor e, sobretudo ser falada, quase cantada, musicada. Se o leitor de hoje experimentar ler estas fontes em voz alta, sentirá, pelo menos em parte, este efeito (apesar da distância temporal que nos separa).

Assim, optei por deixar que o leitor “sinta” tais repetições, e tente penetrar naquele mundo literário “cantado”, onde o oral se fazia muito mais presente que o escrito. Principalmente num autor à margem do mundo acadêmico de então como é o caso de Ramon Lull². Embora torne o texto um pouco mais “pesado” para o leitor de hoje, a presente tradução procura resgatar o sentido metafórico e a musicalidade medieval do autor, que sempre se preocupou com o que chamamos hoje de *receptividade* do texto, isto é, que sua obra fosse divulgada e entendida pelo maior número de pessoas, pois seu objetivo era a conversão de judeus e muçulmanos e a propagação da fé cristã. Uma tradução “literal” como esta visa a trazer à tona o homem medieval em toda a sua pluralidade, perdida com a modernidade. Por fim, as palavras que se encontram em parênteses não constam do texto original e foram acrescentadas à tradução para completar o sentido da frase.

¹ OS, Barcelona, Editorial Selecta, 1957, vol. I, p. 34-54 e 663-674.

² Para um aprofundamento de tais questões, ver ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A “literatura medieval”*. SP: Cia. das Letras, 1993.

Do Prólogo

Em desconsolo e em lágrimas estava Ramon sob uma bela árvore, e cantava seu desconsolo para que aliviasse um pouco a sua dor, a qual tinha por não ter podido acabar o santo negócio de Jesus Cristo e a utilidade pública de toda a cristandade na corte de Roma.

Enquanto estava assim desconsolado, um monge vinha por um belo vale abundante de muitas fontes e de belas árvores, e ouviu Ramon cantar. E porque o canto era doloroso e piedoso, seguiu a voz e chegou até o lugar onde estava Ramon. Pelo hábito que viu e a grande barba que Ramon tinha, pensou que fosse algum homem religioso de alguma nação estranha, e disse a ele estas palavras:

“– Amigo, que haveis com vós? E por que chorais? E como vos chamais? E em qual terra nascestes? Se pudesse vos ajudar de alguma forma, de bom grado meu poder o faria, porque me pareceis um homem muito desconsolado, e desejaria que estivésseis consolado e que vos alegrásseis em Nosso Criador, menosprezando e esquecendo a breve vida deste mundo.”

Ramon respondeu ao monge, disse-lhe seu nome e narrou grande parte de seu estado. O monge teve muito prazer por ter encontrado Ramon, e disse-lhe que o procurara por um longo tempo para pedir que fizesse um livro geral para todas as ciências, que pudesse ser entendido facilmente e também se pudesse entender a sua *Arte Geral* que havia feito, pois era excessivamente sutil de entender, embora as outras ciências que foram feitas pelos antigos sábios que haviam passado sejam também difíceis de entender e requerem longo tempo para aprender que só com grande dor pode o homem chegar a algum fim. E ainda, muitas são as dúvidas que uns sábios têm contra outros. Assim, ele pedia-lhe que fizesse um livro geral que ajudasse a entender as outras ciências, pois o entendimento confuso leva grande perigo e privação da grande devoção de honrar, amar e servir a Deus, e procurar salvar a seu próximo.

Respondeu Ramon:

“– Senhor monge, longo tempo tenho trabalhado procurando descobrir a verdade por umas maneiras e por outras, e pela graça de Deus tenho chegado ao fim e ao conhecimento da verdade que tanto tenho desejado saber, e a tenho colocado em meus livros. E como estou desconsolado, pois não consigo chegar ao fim que tanto tenho desejado e no qual tenho trabalhado há trinta anos já passados, e ainda, porque meus livros possuem pouco valor, antes vos digo que muitos homens me têm por louco, porque me ocupei de tal negócio, não tenho vontade de fazer este livro que me pediram, nem outro; pelo contrário, decidi estar em meu triste desconsolo, porque Jesus Cristo possui tão poucos apaixonados neste mundo, e decidi dirigir-me aos sarracenos e a eles dizer a verdade de nossa fé e fazer honra a ela, de acordo com meu poder, com a graça e a ajuda que espero ter do Deus que me criou, e assim tratar de Sua honra e repreender aqueles que neste mundo o têm desonrado.”

“– Ramon”, disse o monge, “faça este livro que eu tenho lhe implorado, e faça-o de tal forma para que se conheça a vossa intenção, e que da loucura que alguns põem em vós, porque não vos conhecem nem possuem conhecimento de vossos livros, sejam desculpados. E que por este livro sejam estimados os outros livros que haveis feito, mesmo que vós não sejais escusado de não fazer aquele bem que possais entre os cristãos, e reafirmar o bem que haveis feito. E mais: eu vos prometo que se vós fizerdes este livro, eu o levarei a uns e a outros e farei todo o bem que possa todo o tempo enquanto eu viver.”

Ramon considerou muito o que o monge pediu, e no bem que se poderia seguir se fizesse o livro. E, enquanto assim considerava, olhava uma bela árvore diante de si, onde havia muitas folhas, flores e frutos, e pensava o que aquela árvore significava.

“– Ramon”, disse o monge, “em que vós pensais? E por que não respondeis às minhas palavras?”

“– Senhor monge, eu penso o que significa este limoeiro³, pois todas as coisas que existem têm significado nelas próprias. Por isso, tenho vontade de fazer o livro que vós me pedistes, recebendo os significados que esta árvore me significa em sete coisas, isto é, pelas raízes e pelo tronco – a cepa⁴ da árvore –, pelos braços, pelos ramos e pelas folhas, e pelas flores e pelo fruto. E por todas estas sete coisas proponho fazer o procedimento deste livro.”

³ No original em latim, apenas árvore.

⁴ No sentido também de estirpe.

Da Divisão deste Livro

Dividi este livro em dezesseis partes, das quais esta *Árvore da Ciência* é composta. A primeira parte é da *Árvore Elemental*, a segunda, da *Árvore Vegetal*, a terceira, da *Árvore Sensual*, a quarta, da *Árvore Imaginal*, a quinta, da *Árvore Humanal*, a sexta, da *Árvore Moral*, a sétima, da *Árvore Imperial*, a oitava, da *Árvore Apostolical*, a nona, da *Árvore Celestial*, a décima, da *Árvore Angelical*, a décima-primeira, da *Árvore Eiternal*, a décima-segunda, da *Árvore Maternal*, a décima-terceira, da *Árvore Cristã*, a décima-quarta, da *Árvore Divinal*, a décima-quinta, da *Árvore Exemplifical*, a décima-sexta, da *Árvore Questional*. Através destas dezesseis árvores o homem pode tratar de todas as ciências.

Foi colocada a *Árvore Elemental* nesta ciência para que com ela possam-se conhecer as naturezas e propriedades das coisas elementares, o que são, a obra que fazem e o que delas se segue.

Pela *Árvore Vegetal* pode-se chegar ao conhecimento das plantas conforme sua vegetação e da obra que fazem em si mesmas de acordo com as naturezas que possuem pelos instintos e apetites naturais.

Pela *Árvore Sensual* pode-se ter conhecimento das coisas sensíveis, das coisas sentidas e de seu sentir.

Pela *Árvore Imaginal* dá-se conhecimento das impressões que permanecem na imaginação das coisas sentidas, vegetadas e elementadas.

Pela *Árvore Humanal* tem-se conhecimento dos princípios e das conjunções das coisas espirituais, das corporais, de suas naturezas, de seus fins e das coisas que estão destinadas aos homens, e ainda de muitas outras coisas das quais falaremos na quinta parte deste *Livro*.

Pela *Árvore Moral* dá-se o conhecimento das virtudes e dos vícios que estão nos homens, e dos motivos pelos quais as virtudes e vícios vão e vêm.

Pela *Árvore Imperial* chega-se ao conhecimento do regimento dos príncipes e da finalidade pela qual eles são pessoas comuns.

Pela *Árvore Apostolical* se dá conhecimento da vicaria que Jesus Cristo encomendou a São Pedro, da santidade que se convém aos prelados e aos seus submetidos e do fim pelo qual são eleitos para serem pessoas comuns.

Pela *Árvore Celestial* chega-se ao conhecimento da impressão que os corpos celestiais imprimem nos terrenos e das naturezas que os corpos terrenos tomam daqueles.

Pela *Árvore Angelical* se tem o conhecimento da essência dos anjos, das obras que realizam em si mesmos, da glória que dão a Deus e das ajudas que fazem aos homens.

Pela *Árvore Eiternal* chega-se ao conhecimento do Paraíso e do Inferno e da contínua duração que será sem fim no outro mundo.

Pela *Árvore Maternal* compreendemos Nossa Senhora Santa Maria, que é mãe dos justos e dos pecadores, a esperança e ajuda que temos Nela e a contemplação, a glória e o amor que existe entre Ela e seu Filho.

Pela *Árvore Divinal* e *Humanal* compreendemos Jesus Cristo, a participação das naturezas divina e humana e como Jesus Cristo é fim e cumprimento de todas as coisas criadas.

Pela *Árvore Divinal* entendemos Deus, as obras que faz em Si mesmo e às criaturas, e a finalidade e cumprimento que existe em Si mesmo e que nós possuímos Nele.

Pela *Árvore Exemplifical* entendemos os exemplos que o homem pode dar e recontar das *Árvores* acima ditas, e como procurar e mostrar as naturezas e propriedades daquelas; e esta *Árvore* é muito boa para pregar.

Pela *Árvore Questional* entendemos a arte e a maneira de fazer questões e resolvê-las, de encontrar a verdade das coisas e de refutar os erros que em muitos livros estão colocados e pelos quais muitos homens estão nas trevas.

Da *Árvore Imperial*

Esta *Árvore* é dividida em sete partes, a saber: raízes, tronco, braços, ramos, folhas, flores e frutos; e é dividida em duas partes. A primeira parte concorda com a primeira parte da *Árvore Moral*, e é semelhança e impressão daquela parte, assim como letras na cera são semelhantes às letras do selo. Por isso, nessa parte devem se relacionar as raízes da primeira parte da *Árvore Moral* às raízes primeiras desta *Árvore*, o tronco ao tronco, e isto por ordem até o fruto.

E desta primeira parte desta *Árvore* queremos falar e dar exemplos. Através dela pode-se entender a segunda parte, que trata de quando, conforme a primeira parte desta *Árvore*, o imperador ou o príncipe são

contrários à primeira parte da *Árvore Moral*. E desta segunda parte desta *Árvore* não cabe dar exemplos, pois pelo que diremos na primeira parte e o que dizemos na segunda parte da *Árvore Moral*, poder-se-á ter dela conhecimento, e desta maneira o príncipe poderá ter regimento e ter seu reino em paz.

I. Das Raízes da *Árvore Imperial*

As raízes da *Árvore Imperial* são bondades, grandezas, durações, poderes, sabedorias, vontades, virtudes, verdades, deleites, concordâncias, começos e fins, maioridades, igualdades e menoridades, que se concordam em benefício da comunidade através de uma bondade, de uma grandeza, de uma duração, de um poder, e assim por ordem até a menoridade; a qual bondade única seja a de uma pessoa comum, e o mesmo da grandeza e as outras, chamando-se essa pessoa imperador ou príncipe.

A bondade de Pedro e de Martinho, e Ramon e Guilherme, e assim dos outros, obedecem ao hábito da bondade do príncipe, que os rege de tal maneira que as bondades de fora, acidentais, concordam com as bondades de dentro, naturais, corporais; e o mesmo com a grandeza de Martinho, de Pedro, e dos outros. Por isso, o príncipe é a imagem de Deus na terra para reger as bondades morais e as coisas corporais de seu povo; e o mesmo das grandezas e das durações daquelas e dos outros. Desta maneira pode-se conhecer a grande honra que ao príncipe convém, o grande mérito que lhe espera se é bom e a grande servitude na qual Deus o colocou para reger com a sua bondade muitas bondades, com sua grandeza muitas grandezas, com um poder muitos poderes e com uma vontade muitas vontades, assim como um pastor é obrigado a reger muitas ovelhas.

Com sua bondade o príncipe é obrigado a reger muitas bondades. Por isso, sua bondade está em servidão, razão pela qual deve ser humilde contra o orgulho. E como sua bondade principal e comum é geral⁵ à muitas bondades particulares, sua bondade é livre, razão pela qual liberdade e generalidade muito se devem guardar para que não se inclinem à maldade e nem tenham concordância com a segunda parte da *Árvore Moral*; pois se se inclina à maldade e se está em concordância com a segunda parte da *Árvore Moral*, cairá de grandes alturas para grandes baixezas, e fará torto e pecado a todas as bondades particulares que elegeram a sua bondade, a qual o príncipe, que está acima das bondades particulares assim como o vício sobre a virtude, perverte em vício e malícia. E desta maneira pode-se conhecer quão grande é a falta do mau príncipe, e quão grande é a matéria que dá de mau exemplo e a ocasião para que a justiça de Deus o puna com muitos males e grandes tormentos.

O vício possui tão grande concordância com a pequenez e a menoridade que não lhe convém nenhuma entidade real, para que em todo tenha concordância com não-ser, e que seu contrário, que é a virtude, tenha concordância com a grandeza e com o ser. E assim pode-se conhecer quão grande é a falta do mau príncipe, que coloca o seu vício e pecado – que não possui nenhuma entidade real nem concordância com nenhuma realidade, e tem tão grande concordância com a menoridade e a pequenez que em todas as suas maneiras concorda com privação e com não-ser – acima de tantas bondades grandes e reais, e coloca a duração de seu vício e poder acima de de tantas durações boas, grandes e reais, e sua loucura acima de tantas sabedorias, e sua capacidade de provocar ódio acima de tantas amabilidades, e seu vício acima de tantas virtudes, e sua falsidade acima de tantas verdades, e sua vacuidade acima de tantos fins, e assim dos outros. Isto é como se se enxertasse veneno na triaga, trevas na luz, e dor em repouso, e assim das outras formas enxertadas nas bondades a elas contrárias, as quais atraem e pervertem a natureza daquelas bondades em seus maus costumes. Como isso é assim, é uma grande maravilha que algum homem deseje ser príncipe, dado que em tão grave situação possa vir a encontrar-se.

II. Do Tronco da *Árvore Imperial*

O tronco da *Árvore Imperial* é mistura⁶ de regimentos comuns e significa a pessoa comum do príncipe. Neste regimento comum estão dispostos, e em potência, os regimentos particulares dos homens que se encontram nos castelos, nas vilas e nas cidades, cujos regimentos tornam-se atuais pelo príncipe se este usa de sua bondade geral, de sua grandeza geral, e das outras formas comuns multiplicadas da raiz da *Árvore*. Pois

⁵ No sentido luliano, *general* significa “que pertence ou é referente não ao indivíduo, sim a todo o gênero; concernente à totalidade de uma coisa, de uma sociedade ou coisa semelhante; oposto ao particular ou especial.” — GGL, 1984, vol. III, p. 17. Em seu sentido político, *general* significa o poder supremo em seu próprio domínio.

⁶ *Confús* = indistinto, pouco claro, imperceptível. Traduzo conforme o sentido.

assim como o ferreiro é geral com seu martelo⁷, que é capaz de extrair da massa do ferro as muitas figuras particulares que nela se encontram generalizadas, isto é, a figura da faca, da espada e da clava, da mesma forma o príncipe que for bom atualiza com suas formas gerais o que é conveniente para o regimento do tronco geral e matéria de todos aqueles regimentos particulares. Mas quando o príncipe é mau, seu tronco comum atualiza as vacuidades dos fins das boas formas que lhe estão abaixo, como quem as esvazia desviando-as da finalidade para a qual existem; assim como quem esvazia o ato de bonificar⁸ da bonificatividade⁹ e da bonificabilidade¹⁰; e o ato de magnificar, da magnificabilidade e da magnificatividade, a fim de que não existisse bonificado nem magnificado, e que fossem cheios de maleficência e perversão para serem maléficos e perversos¹¹.

O bom príncipe, que é tronco comum a muitos troncos quando preenche os fins das formas que lhe estão abaixo, completa a sua finalidade com os fins das formas que lhe estão abaixo, assim como quem enche uma bondade com muitas bondades e uma grandeza com muitas grandezas. Por isso, convém a tal príncipe completo muitas honras e amores. Mas quando o príncipe esvazia muitas bondades com sua maldade e muitas grandezas com sua pequenez, quem poderia cogitar ou dizer a vacuidade daquele príncipe?

Dessa maneira pode-se conhecer como o bom príncipe é objeto de muitos amores¹², como é amado por muitos, honrado, servido e louvado por suas gentes; e como o mau príncipe é objeto de tantos ódios e desamado, blasfemado, amaldiçoado, desonrado e desobedecido por suas gentes.

III. Dos Braços da *Árvore Imperial*

Os braços da *Árvore Imperial* são dez: primeiro, barões, condes, duques, marqueses, viscondes e varveiros¹³; segundo, os cavaleiros de um escudo; terceiro, os burgueses; quarto, seu conselho; quinto, os procuradores; sexto, os juizes; sétimo, os advogados; oitavo, os aguazis¹⁴; nono, seu confessor; décimo, os inquiridores. E todos esses braços devem estar habituados e vestidos¹⁵ dos primeiros braços da *Árvore Moral*.

1. Dos Barões

Ao príncipe convém ter barões para que o ajudem a reinar e a possuir sua nobreza, pois na nobreza dos barões é conservada a nobreza do príncipe, assim como muitos particulares conservam seu universal. Por isso, aqueles príncipes que são contra os seus nobres barões fazem mal, porque ao destruírem a nobreza daqueles, destróem as suas nobrezas. Pois é muito mais nobre aquele príncipe que possui barões abaixo de si do que aquele que não os tem; assim como a substância, que é gênero acima do corpo, e não estaria tão acima se o corpo fosse espécie e a substância não pudesse ser gênero.

Os barões são também necessários ao príncipe na batalha, para que ele possa ter muitos senhores e ordenar muitos homens sob a bandeira de cada um deles, ordenadas por sua vez sob a bandeira maior do príncipe. Pois se os barões não estivessem presentes na batalha, não seria conveniente mais de uma bandeira na batalha, e o príncipe teria de atender – pessoalmente – à ordem e ao regimento de seus cavaleiros e de seu povo, e conviria que tal regimento fosse confuso, pois sua sabedoria não seria suficiente para reger todos os regimentos particulares, e poderia perder sua utilidade e honra na batalha.

Assim como os barões são necessários ao príncipe, da mesma forma o príncipe é necessário aos barões, para defendê-los e ajudá-los em suas necessidades. Pois pelo seu príncipe cada um dos barões é mais forte contra outro barão que o queira injuriar. Por isso fazem mal aqueles barões que são contra seu príncipe e demandam receber dele privilégios e liberdades, mediante os quais tenham poder e honramentos contra o poder e o honramento do príncipe.

Assim, pode-se conhecer que, conforme o ordenamento da unidade e da pluralidade, seria

⁷ No sentido de “supremo em seu domínio com seu martelo”.

⁸ *Bonificar* = Operar a bondade ou o bem em seu ato; fazer boa uma coisa. *GGL*, 1982, vol. I, p. 253.

⁹ *Bonitvitat* = qualidade ativa na produção do bem ou da bondade. *GGL*, *op. cit.*, p. 254.

¹⁰ *Bonificativitat* = Capacidade que a bondade tem de bonificar. *GGL*, *op. cit.*, p. 253.

¹¹ No sentido de “para que existisse só o que fosse malicioso e perverso”.

¹² A tradução literal da palavra *amatvitat* é “faculdade de amar”.

¹³ O correspondente em Portugal a infanções.

¹⁴ Aguazil = Funcionário da justiça civil nomeado pelo rei.

¹⁵ O sentido de *vestit* inclui também a própria peça de roupa.

conveniente que existisse somente um imperador, assim ordenado e acima de muitos reis e barões, como o papa está acima de muitos prelados¹⁶. Mas como já não existe imperador com aquele poder ao qual estavam habituados os imperadores quando reinavam os césares de Roma, e hoje existe quase uma igualdade de poder entre um príncipe e outro e uma cidade e outra, o Império é dividido em muitas partes, e são feitos muitos príncipes e muitas comunas de cidades.

Por isso, existem guerras e trabalhos no mundo, e não há poder universal no mundo que ajude a mortificar aqueles trabalhos¹⁷ que existem pelas guerras e pelos homens maus, e por isso as utilidades especiais são mais amadas que as públicas.

2. Dos Cavaleiros

Os cavaleiros são necessários ao regimento do príncipe porque, pelos cavalos, os homens possuem a vantagem de serem mais fortes do que aqueles que não possuem cavalos, pelos cavalos têm honramentos e mais ainda pela antiga honra possuída pela cavalaria.

Por isso, os cavaleiros que possuem mais poder e honramentos são mais convenientes ao regimento do príncipe, e posteriormente se guardam de cometer vilanias e coisas indevidas, pois, segundo a moralidade, a honra faz os homens estarem naturalmente acima e a vileza abaixo. Por esse motivo a honra é graduada de tal maneira, que convém mais aos cavaleiros que aos burgueses, e aos burgueses que aos mercadores, e aos mercadores que ao povo; povo no qual não existe nenhum degrau acima ou abaixo, apesar de o povo ser necessário às artes mecânicas que são necessárias ao castelo, à vila e à cidade.

Por isso, faz mal o príncipe que não conserva a antiga honra da cavalaria quando arma cavaleiros alguns homens indignos; e aqueles que a recebem, desonram a cavalaria.

3. Dos Burgueses¹⁸

Os burgueses são homens que devem reger as cidades e ter seus privilégios. Por isso, é escusado que burgueses tenham outro ofício, isto é, que sejam cavaleiros, mercadores ou usem das artes mecânicas. Os burgueses são necessários ao príncipe para que sejam governadores dos costumes das cidades, e por eles sejam ordenadas as artes mecânicas.

Por isso, convém aos burgueses algumas honras maiores que as dos mercadores, porque possuem ofício geral. Por causa dessas honras, eles devem possuir cavalos e ser ricos, de tal maneira que de suas rendas possam viver e manter seu ofício.

4. Do Conselho

Ao príncipe convém um Conselho de boas pessoas, e neste Conselho devem estar barões, cavaleiros, burgueses, alguns homens do povo e também aquele que é seu confessor. Convém lá estarem barões, porque são parte de seu regimento, e o mesmo dos cavaleiros, dos burgueses e dos homens do povo que conhecem¹⁹ os estamentos da cidade, e o mesmo do confessor do príncipe, para que um rei o tema em seu Conselho e que o confessor o repreenda se faz algo contra seu bom Conselho.

Assim como a bondade do povo é entregue à bondade do príncipe e o poder do povo ao poder do príncipe – e o mesmo da sabedoria, da vontade e das outras formas que dissemos na raiz desta *Arvore* – da mesma forma o príncipe confia-se a seu Conselho, e confia a bondade geral e as outras formas que lhe são confiadas a seu Conselho.

Por isso, é muito necessário ao príncipe ter um bom Conselho pela bondade, grande pela grandeza, durável pela duração, poderoso pelo poder, sábio pela sabedoria, caritativo pela caridade, virtuoso pela virtude e completo para o fim. E mediante tal Conselho, faz o bom príncipe bom regimento, e sem ele, são maus príncipes e maus regimentos.

¹⁶ Nesta passagem, Llull reconhece a pluralidade de reinos governados por príncipes, mas expressa o ideal de um poder civil supremo: o Imperador — paralelo ao poder religioso supremo — o Papa. Trata-se do ideal dos dois poderes, concebido pelos medievais como a fórmula para o governo da cristandade.

¹⁷ Llull sempre utiliza a palavra *treballs* nesta obra com o sentido de sacrifício, pena, “mortificar aquelas penas...”.

¹⁸ Llull utiliza o termo burguês no sentido medieval, isto é, aquele que é residente do burgo (cidade).

¹⁹ Na filosofia luliana a palavra *saben* pode também ter o sentido de “ter gosto a algo”. Assim, os homens do povo presentes no conselho do príncipe deveriam conhecer os estamentos e gostar dos seus respectivos ofícios. Ver *GGL*, 1985, vol. V, p. 10-14.

Por isso muitas vezes o príncipe perde seu principado, e os seus se encontram em desonra e eles (os príncipes) em ira, em tristeza e em perigo de perder o outro principado eviternal²⁰; porque fazem mal aqueles príncipes que vomitam²¹ de seu Conselho os homens nobres e sábios, poderosos ou virtuosos, e se submetem a um vil Conselho e ao pouco e ao vazio das formas que dissemos. E tal vil Conselho é a enfermidade do reino, trevas, má fama do príncipe e tribulações do povo, que é assim molestado como ovelhas molestadas por lobos por não terem pastor.

5. Dos Procuradores

Ao príncipe convêm procuradores, assim como existem bailios, corregedores e castelões que arrecadam suas rendas, e outros procuradores semelhantes a estes. O príncipe deve vestir estes procuradores com os hábitos das virtudes contra os vícios, porque com maus procuradores os príncipes perdem suas terras e seus dinheiros, e o seu ofício é confundido naqueles.

Por isso fazem mal os homens que desejam ser procuradores mais para sua utilidade que para a utilidade do príncipe, porque assim são contra a utilidade pública. Por sua vez, o príncipe faz mal quando torna procuradores aqueles que lhe pedem esse ofício²²; assim como o papa faz mal quando consente que algum homem seja eleito para ser pessoa comum se demanda o ofício ou faz simonia para obtê-lo.

6. Dos Juízes

Os juízes são necessários ao príncipe para fazer juízos. Estes juízes devem ser sábios e pagos pelo príncipe para terem maior liberdade para dar o verdadeiro juízo pela verdade, bom pela bondade e virtuoso para a virtude, e assim das outras formas. Esta liberdade não se pode ter tão bem se o juiz se apodera do serviço das gentes²³.

Por isso fazem mal os príncipes que admitem que os juízes cobrem algum serviço sem dar-lhes tanto quanto precisem para que possam viver honradamente conforme convém a seu ofício; pois assim como o príncipe significa Deus na terra para ter as gentes em paz, da mesma forma o juiz no juízo significa o príncipe. A honra do juiz é o honramento do príncipe, e sua vileza é desonra e má fama do príncipe.

7. Dos Advogados

Ao príncipe convém ter advogados que sejam bons, leais e sábios, e que em cada cidade estejam determinados advogados ordenados pelo príncipe. Que seja vedado a eles aceitarem algum serviço das gentes para que sejam mais leais, não alonguem os pleitos, nem façam dar despesa às gentes. Tais advogados são muito necessários ao príncipe. Por isso fazem mal os príncipes que não têm tais advogados.

Mas o monge respondeu a isso e disse que custaria muito ao príncipe tais advogados²⁴. Ramon respondeu que o príncipe é obrigado a tê-los, porque todas as coisas que pertencem ao bom juízo são instrumentos do príncipe, que é juiz geral, da mesma forma que ao ferreiro pertencem tenazes²⁵, martelo e bigorna, para que faça bem o prego e o faça rápido, para chegar ao fim no tempo conveniente.

8. Dos Aguazis²⁶

Os aguazis são necessários ao príncipe para que com eles possa fazer prender²⁷ os homens que são acusados e punir aqueles que têm culpa. E que sejam mensageiros dos procuradores e dos juízes. E que

²⁰ Qualidade de eviterno: que não há de ter fim, eterno.

²¹ No original *gitan* (do verbo *gitar*): deixar ir com maior ou menor impulso, lançar, atirar, arremessar, arrojado, vomitar. Consideramos vomitar a melhor tradução por fazer alusão ao sentido medieval da sociedade como um corpo vivo e o príncipe como a cabeça dela.

²² O sentido da palavra *preguen* (*pendre*) é se apoderar indevidamente de algo, e também cobrar por isso, ser pago. Ver *GGL*, 1985, vol. IV, p. 219-223.

²³ Isto é, se recebe salário das gentes.

²⁴ Ver o prólogo da *Árvore da Ciência*, onde Lull dialoga com um monge, o que motiva a composição deste livro.

²⁵ Tenaz = instrumento de ferreiro ou de serralheiro, parecido com uma tesoura, provido de longos cabos, e usado para tirar ou pôr peças nas forjas ou para segurar ferro em brasa e malhar na bigorna.

²⁶ “Funcionário da justiça civil encarregado de fazer as citações, executar os embargamentos, apanhar os delinquentes e executar as penas a que a autoridade condenava os réus.” — ANTONI MARIA ALCOVER, *Diccionari Català-Valencià-Baleà*, *op. cit.*, 1959, tomo IX, p. 674.

²⁷ No original *pendre* (de *penjar*): suspender, imputar, pendurar, executar, enforcar.

aqueles aguazis estejam a expensas do príncipe e não cobrem serviço das gentes para que sejam mais verdadeiros e melhores em seu ofício.

Assim pode-se conhecer como o príncipe não é orgulhoso, pois cada aguazil significa a sua pessoa e o príncipe existe para punir aqueles que fazem mal. Por esse motivo estabelece em seu lugar os aguazis, cujo ofício não é de nobres coisas.

9. Dos Inquisidores

Ao príncipe convém inquisidores para que inquiram e espionem se os juízes, os procuradores, os advogados e aguazis fazem alguma coisa contra ele ou contra suas gentes. E que aqueles inquiridores sejam bons, sábios e ricos, e que haja três grupos deles, isto é, os maiores, os médios²⁸ e os do povo, para que melhor possam saber a verdade. E que os maiores façam a inquisição de uns e de outros por si mesmos, e o mesmo daqueles que estão no meio e os que estão abaixo²⁹.

Esta forma de inquisição é muito necessária para que os juízes e os outros oficiais do príncipe tenham maior temor, pois o príncipe pune seus oficiais se os encontra em falta, porque o príncipe que perdoa um oficial faz muitas injúrias a muitos homens, injúrias que são contra seu ofício e das quais lhe convém dar contas a Deus, que não perdoa todas as vezes.

10. Do Confessor

Ao príncipe convém um confessor que seja bom, honesto e sábio, que seja religioso para estar o mais fortemente distante do mundo, e que àquele recorram as gentes se o príncipe fizer algo manifesto contra a justiça. O confessor não deve deixar de torná-las conscientes ao príncipe. Que o confessor seja inquiridor se o príncipe faz algo contra seu povo, pois assim como o príncipe deve ter inquiridores contra seus oficiais, da mesma forma o deve ter contra si mesmo. E tal inquisidor é muito necessário ao príncipe e às suas gentes.

IV. Dos Ramos da *Árvore Imperial*

Os ramos da *Árvore Imperial* são significados nos ramos das outras *Árvores* e, maiormente, nos ramos da primeira parte da *Árvore Moral*, os quais devem estar contra os ramos que estão na segunda parte daquela *Árvore*. E ainda pertence ao príncipe possuir sete ramos entre os outros, isto é, a justiça, o amor, o temor, a sabedoria, o poder, a honra e a liberdade, porque sem estes ramos o príncipe não pode ter boas flores, nem boas folhas, nem se pode colher dele bom fruto.

1. Da Justiça

No príncipe a justiça é ramo geral de muitas justiças boas e grandes, duráveis e poderosas. Por isso convém que a justiça do príncipe seja boa, grande e poderosa; e a sua bondade e grandeza estão significadas nos braços da *Árvore Moral*, e tal significação é necessário que seja conhecida pelo príncipe para que saiba ter sua justiça com prudência, fortaleza e com as outras virtudes. E assim como justiça é ramo que convém ao príncipe enquanto generalidade³⁰, da mesma forma convém que seja ramo nos seus submetidos, para que exista concordância entre a justiça geral e as justiças particulares.

2. Do Amor

O amor é ramo que convém ao príncipe e aos seus submetidos, e este amor pode o homem conhecer conforme o que está tratado sobre a caridade na *Árvore Moral*. Convém amor ao príncipe para que ele ame seu povo e que seja amado pelo seu povo, pois amor e amado estão em concordância. Por isso, o príncipe deve educar seu povo para amá-lo mais fortemente do que temê-lo, pois ser amado é mais nobre obra da vontade do que ser temido, já que se sofre mais coisas por amor do que por temor.

²⁸ *Mitjana mà* = estamento social médio. Aqui Llull se refere às classes sociais.

²⁹ A inquisição deve acontecer entre os pares sociais.

³⁰ No sentido de *bem supremo*, que opera a bondade ou o bem em seu ato. *GGL*, 1982, vol. I, p. 253.

Assim, fazem mal aqueles príncipes que não se esforçam para serem amados pelas gentes, pelo contrário, esforçam-se para serem temidos, pois este temor não pode ser bom sem amor, nem pode durar muito tempo, já que o temor sem o amor dá grande paixão à audácia dos homens e faz considerar muitas coisas contra o príncipe.

Dessas coisas se alimenta o desamor contra o amor, a injúria contra a justiça, a traição contra a lealdade, e todas as outras coisas que acontecem por temor sem amor.

A educação através do amor se faz com amabilidades de coisas amáveis. Assim como a justiça, que é amável naturalmente com humildade, honestidade e as outras formas que temos dito na primeira parte da *Árvore Moral*. E a educação através do desamor se faz pelo contrário, ou seja, pelas formas desamáveis que temos falado na segunda parte da *Árvore Moral*.

Por isso, príncipe, na medida que queira ser justo, casto, humilde e queira ter as outras virtudes, eduque seu povo para amar coisas amáveis em si mesmas, e com esta educação também eduque seu povo para amar coisas amáveis em si, e que de ambas educações o amor eduque o desamor para desamar as coisas desamáveis, que são a injúria, o orgulho, a luxúria e todos os outros vícios que dissemos.

3. Do Temor

O temor é ramo que convém ao príncipe de duas maneiras: uma, e principal, é que tema a Deus, a outra é que tema seu povo.

Deve temer a Deus para não ofender seu povo, o qual Deus deixou sob seu comando, assim como as ovelhas estão sob o comando do pastor. Deve temer seu povo para não ofender o amor que seu povo lhe tem, pois grande injúria o príncipe faz ao amor de seu povo quando comete contra ele falta e engano.

De maneira semelhante, o povo deve temer a Deus para não ofendê-Lo no príncipe que lhe foi dado como senhor. E ainda deve temer o príncipe para não ofender seu amor e não destruir a concordância entre o amor e o temor.

Existe ainda uma outra forma de amor que o povo deve ter para com seu senhor: considerar o poder e a justiça do príncipe e a sabedoria dele e de seus juízes, procuradores e conselheiros. Por isso faz mal o príncipe que diminui seu poder e que não possui sábio Conselho e sábios oficiais, pois educa seu povo a temer pouco ao invés de temer muito, e essa educação tem como consequência um menor amor, e com o passar dos tempos vem o desamor e o menosprezo das gentes a seu senhor.

4. Da Sabedoria

Convém que o príncipe seja sábio para ter conhecimento da intenção pela qual é príncipe, para saber reger seu povo e para que seu povo o tema por sua sabedoria, porque o príncipe sábio é muito temido, e é mais temido por sua sabedoria que por seu poder, pois a sabedoria do príncipe infunde temor em seu Conselho, em seus oficiais e em seu povo, já que a sabedoria mostra as coisas lícitas e ilícitas e os juízos daqueles que fazem contra o príncipe.

Por essa razão acima foram sábios os príncipes que fizeram seus filhos aprenderem filosofia, porque é ciência geral que ilumina o entendimento dos homens a fim de que conheçam as verdades das coisas, pois os príncipes antigos doutrinados na filosofia conheciam o bom regimento e os bons costumes naturais.

5. Do Poder

Ao príncipe pertence o poder, porque o poder é o instrumento de seu ofício. E o poder é o principal instrumento do príncipe, como o martelo é a principal ferramenta para o ferreiro fazer facas, espadas e pregos. Assim, com seu poder, o príncipe é o juiz geral acima dos maiores, dos médios e dos menores, e quanto maior é seu poder, melhor é seu instrumento.

Por isso fazem mal os homens que são inferiores e consentem quando os maiores desejam que o poder do príncipe seja menor, pois por esta menoridade perde-se seu ofício e surgem as divisões dos reinos e das terras, as traições e as guerras, e muitos outros males acontecem pelo fato de o príncipe não poder usar de seu ofício.

6. Da Honra

Ao príncipe convém a honra, porque a honra tem dois pés com os quais caminha a justiça³¹, justiça que é o repouso do povo: um pé da honra é o amor e o outro é o temor. Por isso, quanto maior for o honramento do príncipe, melhor ele pode caminhar mais fortemente na justiça, pois a honra é amável e temível. Por isso fazem mal os príncipes que não conservam a honra que lhes convém, e mal faz o povo quando desonra seu príncipe, porque na honra do príncipe está o honramento e o repouso do povo.

E desta maneira pode-se conhecer a grande nobreza da honra que tanto deseja-se possuir. É esta honra que muitos desejam possuir, e estes são aqueles que desejam possuí-la contra a honra de seu senhor, mas não podem possuí-la por que desejam possuí-la com desonra, que é o contrário da honra, pois nenhum contrário pode existir por seu contrário. E isto está significado nos homens mundanos, que amam mais honrar a si mesmos que a Deus. Por isso, todas as coisas que possuem não lhes bastam para ter honramento, porque não o possuem e desejam tê-lo e assim não podem ter satisfação com o que não tem. E isso é muito útil caso seja entendido.

7. Da Liberdade

A liberdade é uma forma intelectual dada ao homem para que ele livremente faça o bem e livremente se esquive do mal, pois tão nobre coisa é o bem que sua nobreza exige que seja feito livremente e não por obrigação. E o vício e o pecado são coisas tão más que não lhes convém serem desamados forçosamente. Por esse motivo é dada a liberdade de fazer o bem e se esquivar do mal à vontade do homem. O mesmo se segue com o entendimento e a memória, pois Deus, por razão de sua nobreza, é livremente objetável pelo entendimento, pela vontade e pela memória do homem, e o mesmo dos bens criados.

E como o homem possui a liberdade de fazer o bem e se esquivar do mal, se faz o bem e se esquiva do mal tem mérito, e consegue maior bem que o bem que faz; e se faz mal e se esquiva do bem tem culpa, e consegue maior mal e perde o maior bem que o bem que não deseja fazer. E desta forma existe o significado da outra vida com a grande justiça de Deus.

Deus não deu a liberdade ao homem para que ele fizesse o mal e sim para fazer o bem e se esquivar do mal. Se Deus tivesse dado a liberdade ao homem para que pudesse fazer o mal, teria criado a liberdade contra a liberdade e criado dois poderes, um bom e outro mau, e duas liberdades, uma boa e outra má, e tal coisa não é possível: que Deus seja criador do mal, que uma liberdade exista contra a outra em um sujeito, e tais liberdades sejam partes intelectuais, pois seriam formas necessárias de acordo com o corpo natural, assim como o fogo, que é livre contra a água, e a água é livre contra o fogo.

Mas no sujeito no qual estão juntos o fogo e a água, existe um senhor e um submetido, assim como o fogo no colérico, que é o senhor, e a água na abóbora, que é a senhora.

Se o homem tem a liberdade para fazer o mal é porque tem a natureza original, isto é, do não-ser, porque foi originado do pecado original. Assim, ele tem liberdade para fazer o mal por razão de sua natureza apropriada, que lhe vem do não-ser, seu centro, e desce livremente com o pecado, como a pera, que despenca para o seu centro com o peso que o seu centro lhe proporciona, a fim de poder ser o centro dela, e a pera possa ter nele repouso.

E dessa forma pode-se conhecer quais são os princípios da liberdade que os homens possuem para fazer o mal, e tal liberdade é a privação daquela liberdade que os homens não desejam usar para fazer o bem e se esquivar do mal. E isso é muito útil e sutil de saber³².

De acordo com o que dissemos da liberdade, convém que o príncipe considere a liberdade para que a ame para fazer o bem e se esquivar do mal, e desame a liberdade que possui para fazer o mal. Por isso o povo não deve ir contra a liberdade que o príncipe tem para fazer o bem e se esquivar do mal, porque se o fizesse, inclinaria o príncipe a usar de má liberdade e fazer o mal. E assim aquele povo faz contra si mesmo quando deseja que permaneçam na cidade alguns antigos costumes que são contra a justiça e contra a liberdade de fazer o bem e de se esquivar do mal.

De acordo com o que dissemos sobre os ramos da *Árvore Imperial*, o príncipe pode considerar os outros ramos que lhe convém de sete maneiras, como a firmeza – o ser firme e constante –, que é nobreza de príncipe, e sua grande vileza, que seria de duas palavras. Assim, pode-se ter conhecimento de tal constância

³¹ Literalmente, “porque honra possui os pés com os quais vai pela justiça”; traduzo segundo o sentido.

³² Esta doutrina geral da liberdade é de filiação claramente agostiniana.

no tratado que fizemos dela nos braços da *Árvore Moral*³³. E o mesmo da paciência, da lealdade, da largueza e das outras formas primeiras que ao príncipe convêm³⁴.

V. Das Folhas da *Árvore Imperial*

As folhas da *Árvore Imperial* são significadas nas outras primeiras *Árvores*, mas nós iremos tratar delas brevemente nesta *Árvore*. E como Ramon quis tratar primeiramente da quantidade, considerou que ao príncipe convêm costumes, leis e ordenamentos antigos, que é o que significam as folhas, para a conservação e o ornamento de seu reino. E permaneceu longamente nesta consideração, e num suspiro disse estas palavras:

“– Ah, Guilherme, como é grande o prejuízo por eu não ter ajudantes que me auxiliem a tratar do bem comum! Pois se eu tivesse bons ajudantes, veria uma maneira pela qual a ciência do direito, que é confusa, ficasse clara, e num breve tempo o homem poderia sabê-la.”

“– Ramon”, disse o monge, “é bom que tu ponhas neste livro a maneira que falas, pois poderá chegar o tempo de se cumprir o que tu desejas.”

Por esse motivo, Ramon disse que ele não escreveria essa maneira em breves palavras, nem queria escrevê-la em longas palavras, e por isso não queria tratar daquela matéria. Mas o monge lhe disse tantas palavras que lhe fez ter consciência caso não tratasse daquela matéria, pois Deus lhe dera conhecimento, e Deus não dá nada inutilmente. Por isso, têm culpa aqueles a quem Ele dá, se não levam ao fim a graça que recebem de Deus, mas fazem dela seu próprio poder. Assim, Ramon teve vontade de tratar ligeiramente das generalidades que pertencem à ciência do direito, pois não poderia tratat disso extensivamente, já que não conhecia os direitos particulares e era mais entendido em coisas mais nobres de tratar e que tinham uma maior finalidade.

Ramon considerou a ciência do direito nas primeiras formas gerais. Nomeou quarenta formas onde podem estar todos os particulares da ciência do direito civil, e são essas: comprar, vender, emprestar, restituir, encomendar, prometer, provar, outorgar, negar, duvidar, estabelecer, procurar, tirar, alugar³⁵, acusar, escusar, mudar³⁶, perder, encontrar, dar, condicionar, atormentar, afrontar, enganar, difamar, perder, luxuriar, trair, matar, blasfemar, desobedecer, mentir, de necessidade, de caso, de ciência³⁷, de ignorância, de esquecimento, de liberdade, de servitude, de presunção.

Para ordenar um livro geral da ciência e retórica do direito, conviria considerar essas quarenta formas, e de cada uma delas dar conhecimento, conforme nós demos conhecimento das cem primeiras formas na *Árvore Elemental*; e que se aplicassem às quarenta formas exemplos particulares do direito, como nós aplicamos na *Árvore Sensual* e na *Árvore Humanal* exemplos naturais às cem formas. Conviria ainda que com as quarenta formas se seguisse a maneira que nós seguimos nos braços da *Árvore Humanal*, ou seja, combinando cada uma das formas com outra, e entendendo o significado daquela combinação tal como foi entendido nas máximas da *Arte inventiva* e na *Tábula geral*³⁸, de tal modo que das três formas gerais à ciência do direito fosse feita uma máxima conforme a ordem da *Arte inventiva*, e que em cada máxima fosse dada uma questão de direito cuja solução fosse significada na máxima, como as pequenas questões da *Arte inventiva* são significadas nas máximas, sendo feito delas uma solução por razão natural e necessária.

Dessa maneira assim ordenada, o homem poderia reduzir a ciência do direito, que trata de particularidades, às suas formas gerais, e assim desse doutrina nas questões práticas da ciência. Conviria ainda que se combinassem as quarenta formas com os acidentes das primeiras *Árvores*, porque através dos acidentes que se seguem, das formas da ciência do direito, o homem pode conhecer porque uns acidentes são segundo uma *Árvore* e outros são segundo outra *Árvore*, assim como os acidentes da *Árvore Elemental* são diferentes dos acidentes da *Árvore Vegetal*.

E após ter-se conhecimento dos primeiros acidentes, que estes fossem aplicados aos acidentes das quarenta formas, e com eles se faça juízo e se advogue, mesclando uns acidentes nos outros – assim como umas formas nas outras – e recebendo os significados conforme a natureza das formas e dos acidentes que saem daquelas mesclas.

³³ Aqui o copista do século XIV omitiu a passagem do original em latim, onde Llull indica o nome do tratado, *De constantia*.

³⁴ Como fez a propósito do amor, Lúlio remete aqui às virtudes correspondentes da *Árvore Moral*.

³⁵ Ou contratar.

³⁶ Ou substituir.

³⁷ Isto é, com pleno conhecimento.

³⁸ A *Art inventiva* foi escrita em Montpellier no ano de 1289. Existem cópias em catalão e latim.

Conviria ainda que o príncipe fizesse aprendizado do livro a homens que fossem juizes e advogados para que eles pudessem julgar, advogar e determinar muitos pleitos, em brevidade de tempo e por razões necessárias e naturais. E que aqueles juizes e advogados fossem pagos pelo príncipe, conforme já dissemos, para que melhor pudessem entender o livro e através dele concordar os acidentes do direito particulares do caso aos acidentes necessários e naturais que estão nas formas gerais. E saber este passo é muito útil àqueles que amam a ciência do direito.

Ramon quis terminar a matéria das folhas e passar à matéria das flores, mas o monge rogou que desse algum exemplo da matéria das folhas. Por isso, Ramon deu exemplo dessa *Arte* na forma de comprar e de vender de acordo com as nove maneiras dos acidentes gerais. Através desse exemplo, pode-se conhecer a prática relativa às outras formas.

1. Da Quantidade

Um cavaleiro vendeu seu cavalo a um mercador por cem florins; e naquela venda está a quantidade da substância do cavalo e dos florins. Esta quantidade está sujeita à forma da compra e venda logo que o cavaleiro receba todos os florins e cada um tenha seu devido peso em ouro e em espécie, e além disso, que cada um dos florins seja legítimo. O mesmo deve receber o mercador no cavalo, isto é, que o cavalo seja são, legítimo e possua o freio que lhe convém, pois convém integridade de saúde ao cavalo como à figura do florim. A mesma coisa deve ser dita do freio, que é do uso do cavalo e do mercador, assim como os florins são do uso do cavaleiro.

E nesta compra e venda a *Árvore Elemental* tem quantidade discreta, cor e peso, nos florins e na figura do cavalo; a *Árvore Vegetal* tem aí quantidade na sanidade do cavalo e na purificação do ouro; a *Árvore Sensual* tem aí quantidade de palavras faladas para serem ouvidas, nas quais a compra é condicionada, e é vista a cor do cavalo e a discreta quantidade de florins; a *Árvore Imaginal* imagina a quantidade do cavalo e dos florins e determina certa quantidade no sujeito em que se faz a compra e a venda; a *Árvore Humana* tem aí as semelhanças das outras *Árvores* e virtudes, isto é, a justiça da quantidade dada e recebida, conforme a natureza do ato de lembrar, de entender e de amar a venda e a compra.

2. Da Qualidade

Na venda do cavalo coloca-se a qualidade da bondade na medida em que o cavaleiro assegura que o cavalo é bom, coloca-se a qualidade do ouro na medida em que o mercador promete dar um bom ouro e o mercador promete dar uma qualidade de número e o cavaleiro, vender um cavalo de qualidade, isto é, branco ou negro, este ou aquele.

E nessa qualidade existem muitas qualidades ajustadas, isto é, muitas semelhanças de qualidades reais. Por exemplo, a qualidade das palavras ouvidas pelo sentido e sustentadas pelo som, assunto estudado na *Árvore Elemental*. O mesmo acontece com as outras qualidades imaginadas e sentidas, que condicionam a venda e a compra do cavalo sob o hábito da qualidade.

3. Da Relação

Na compra do cavalo encontra-se uma relação: um vende e outro compra, e o sujeito desta relação está no cavalo, no ouro e no seu valor, no cavaleiro e no mercador. Assim, existem quatro termos postos naquela relação, sem os quais ela não poderia existir, e sem ela nem a compra nem a venda existiriam, mesmo se faltasse um ou mais termos. A compra e a venda estão condicionadas de acordo com as naturezas das primeiras formas da relação, e tal relação foi estudada de modo diferente, segundo suas naturezas, pelas diversas *Árvores*, pois cada relação é sustentada pela sua natureza.

4. Da Ação e da Paixão

Na compra e venda do cavalo encontram-se a ação e a paixão, pois como o cavaleiro tem ação nos dinheiros, o mercador a tem no cavalo, e aí se faz uma troca de ação e de paixão. Assim, o cavaleiro passa a ter ação nos dinheiros por razão da ação que tinha no cavalo, e o mercador passa a ter ação no cavalo pela ação que tinha nos dinheiros. Assim, a paixão é consequência da ação, e isto acontece conforme as condições

das *Árvores*; porque se o cavaleiro promete vender um cavalo inteiro e bom, passa a ter ação no bom ouro e no número devido, nomeado pelas palavras que são ouvidas pelo som, lembradas, entendidas e amadas pelo mercador. E se o cavaleiro não promettesse vender um cavalo bom e inteiro, não existiria ação espiritual no preço se a intenção do mercador fosse comprar um cavalo bom e inteiro por cem florins.

Mas o direito exige, conforme explicação na *Árvore Sensual*, que o mercador seja punido caso não peça explicações sobre o que pode ser dito, ouvido e até visto do cavalo, ou seja, que pergunte ao cavaleiro se o cavalo é bom e está inteiro, e prove aquilo segundo a ação que o senso do mercador possui em atingir a verdade de cavalo. Mas então aquela ação de entregar os cem florins a qual passa o cavaleiro não se realiza segundo o direito espiritual, porque é contra os braços da primeira parte da *Árvore Moral*.

5. Do Hábito

A compra e a venda do cavalo estão sujeitas às leis do hábito geral, pela qual podem ser compradas e vendidas muitas coisas. Por isso, conviria que fosse descrito o hábito da compra e venda na ciência do direito, isto é, uma descrição ordenada e regrada pelos princípios naturais semeados nas *Árvores*. E o mesmo conviria ao cavaleiro, que deve vender o cavalo sob o hábito da justiça, da prudência, da fortaleza e da caridade. Por isso ele deve dizer se os hábitos do cavalo são bons ou maus, porque pelos bons faz caridade a si mesmo, e pelos maus faz caridade a seu próximo, pois se há algum mau hábito no cavalo e o cavaleiro não diz ao mercador, vende o cavalo contra a justiça e a prudência, a caridade e a fortaleza.

Por esse motivo, a justiça dos bens espirituais o punirá, mediante a prudência, a fortaleza e caridade. Esta punição pertence a Deus e não ao príncipe, para que o mercador tenha diligência ao comprar sob o hábito da prudência e conhecer os hábitos do cavalo antes de pagar o dinheiro, da mesma forma que o cavaleiro vende sob o hábito de prudência quando deseja saber se os florins são de ouro e de bom peso.

6. Da Situação

Na compra e venda do cavalo existem palavras situadas sob certos termos, uma vez que o cavaleiro as situa conforme as vozes que significam a venda, a bondade e os hábitos do cavalo, e o mercador guarda aquelas situações na recordação, no entendimento e no querer. Assim as palavras do cavaleiro são nele situadas sob a espécie da venda, da mesma forma que as letras do selo na cera possuem suas semelhanças. O mesmo acontece com as palavras que o mercador diz ao dar pelo cavalo os cem florins ao cavaleiro, as quais palavras o cavaleiro guarda em sua memória, em seu entendimento e em sua vontade.

O percurso das impressões realiza-se segundo os instrumentos da *Árvore Sensual* e *Imaginal*. Por isso, aquelas situações devem ocorrer segundo suas semelhantes que se encontram na primeira parte da *Árvore Moral*, para que tenham figura completa, circular, quadrangular e triangular, que são medidas e condições que tornam plenas as figuras, pois significam as formas naturais que convém à compra e venda. Formam a figura circular em continuação da justiça, da prudência, da fortaleza e da caridade; quadrangular pois a compra e a venda têm quatro termos, isto é, a ação e paixão do cavaleiro e o mercador, que já dissemos, e do sujeito, que é a do cavalo e a do ouro. O triângulo representa a intenção que o mercador tem na compra do cavalo, na venda do ouro e na consideração do cavalo e do ouro. O mesmo se aplica à intenção do cavaleiro.

Este tratado da situação aplicada à compra e venda é muito útil de saber, e é uma espécie de arte da mercadoria.

7. Do Tempo

Na compra e venda do cavalo existe um tempo das palavras presentes que são utilizadas pelo mercador e pelo cavaleiro. O cavaleiro, ao dar o cavalo no mesmo tempo que recebe os florins do mercador, e o mercador fazendo o mesmo, recebendo o cavalo no mesmo tempo que promete dar os florins. Por isso, o tempo existe tanto conforme a presença do dinheiro como do cavalo. E se o mercador paga os dinheiros na ausência do cavalo, deve exigir como condição que o cavaleiro lhe dê o cavalo que prometeu por cem florins, e não piorar nenhuma condição. O cavaleiro deve fazer o mesmo caso entregue o cavalo ao mercador na ausência dos dinheiros.

8. Do Lugar

Assim como o tempo existe igualmente na presença dos dinheiros e do cavalo e na posse de cada um, da mesma forma o lugar existe igualmente na posse dos dinheiros e do cavalo, isto é, num mesmo lugar o cavaleiro entrega o cavalo ao mercador e o mercador os dinheiros ao cavaleiro. Mas, por razão de algum obstáculo do lugar, muitas vezes não convém que simultaneamente estejam os dinheiros e o cavalo. Por isso, o direito exige que, conforme a caridade, a justiça, a lealdade e a intenção principal, num tempo e num lugar possam ser entregues os dinheiros, e em outro tempo e lugar, o cavalo.

Caso durante aquela diversidade de tempo e de lugar morrer o cavalo, o direito exige que o mercador não tenha a obrigação de dar os dinheiros, e que o cavaleiro os devolva, se os tiver recebido. O direito sustenta isso conforme as formas naturais que colocam diferença entre lugar e lugar, tempos e tempos na *Árvore Elemental*. Segundo a doutrina que foi exposta sobre como usar os acidentes na compra e venda do cavalo, pode-se conhecer como usar os acidentes na compra e na venda de videiras, de um castelo, de uma loja de tecidos, de uma nau, e de todas as outras coisas sujeitas à compra e à venda.

Por isso, o exemplo que demos do cavalo é uma espécie de hábito geral da ciência do direito, e é uma doutrina para saber-se ordenar direitos escritos especiais sujeitos ao hábito geral do direito.

VI. Das Flores da *Árvore Imperial*

As flores da *Árvore Imperial* são as sentenças do príncipe e de seus oficiais. Estas flores são significadas nas flores das outras *Árvores* e no processo daquelas. As flores do príncipe são os regimentos e as ordens decretadas em favor da justiça e da paz das gentes, e essas flores são enxertadas nas flores de seu povo. Por isso, são mais altas, maiores e mais belas que as de qualquer outro homem, pois a matéria inferior de honrar seu povo converte-se no honramento do príncipe.

Mas quando o príncipe é mau, suas flores são más, porque pervertem a honra inferior em desonra das gentes. Desse modo trocam a honra inferior pela desonra superior e por esse motivo as flores do príncipe são feias e formadas por má figura, e delas não pode existir bom fruto.

As flores do príncipe são instrumentos e regimento das flores de seu povo. Assim, as flores do príncipe respondem a muitos regimentos e por esse motivo o príncipe não deve ser negligente, nem dormir muito, nem caçar, nem viver em repouso, porque em sua ociosidade são ociosas suas gentes, pois não possuem nenhum instrumento que lhes mova ao regimento e à paz. Por isso, as gentes do príncipe estão em trabalhos e em guerras por causa de sua ociosidade. E como faz contra a finalidade para qual é príncipe, esvazia em si mesmo a finalidade para a qual existe, e no seu esvaziamento a finalidade de seu povo se esvazia. Por isso fazem mal os príncipes que se deleitam na vanglória deste mundo e nos deleites carnis e sensuais, visto que tantas coisas têm de responder, como o martelo, que é o instrumento de muitos pregos, e a vela ardendo, que ilumina muitos homens no quarto.

VII. Do Fruto da *Árvore Imperial*

O fruto da *Árvore Imperial* é a paz das gentes, para que em paz possam estar, lembrar, entender, amar, honrar e servir a Deus. As gentes que estão em guerra e em trabalhos uns contra os outros não estão dispostos para poder muito amar, honrar e servir a Deus. E ainda, uns não podem fazer caridade, nem a si mesmos, nem aos outros, porque estão muito ocupados pelos trabalhos e as guerras em suas terras.

Porque assim como as plantas, de acordo com sua necessidade, requerem o calor do sol e o orvalho da noite, da mesma forma o povo requer do príncipe a paz e a justiça, pois fazem mal os príncipes que causam sofridas guerras em suas terras, e guerreiam uns contra os outros contra a justiça, a paz, e as flores das *Árvores* pelas quais são príncipes. O mau príncipe submete ao trabalho e à guerra todos os frutos e as flores que lhe estão sujeitos, e por isso é digno de grande pena por não ter seu reino em justiça e paz.

E assim pode-se conhecer quão grande são os méritos do bom príncipe e grandes as recompensas que o esperam; e se é mau, quão grandes são as penas que lhe esperam pelas grandes culpas que possui.

O fruto da *Árvore Imperial* é geral aos frutos que lhe estão sujeitos, assim como o calor do fogo é geral ao calor da pimenta, do homem, do leão, da garça e do peixe, sem o qual calor geral o calor destas individualidades que dissemos não poderia ser instrumento para ser aquecido. Por isso, o fruto do príncipe,

que tem de responder a tantos frutos, é doentio quando se inclina a coisas especiais contra as gerais; assim como o mau príncipe, que ama mais sua utilidade que a utilidade de seu povo. Porque através da doença do fruto do príncipe são doentes os outros frutos, assim como a pimenta, o homem, o leão, a garça e o peixe, que estariam doentes se o fogo restringisse seu calor e não entregasse a eles.

Em nenhum fruto há tão mau sabor e odor como no fruto do mau príncipe, pois o fruto especial, se é mau no sabor e odor, é mau nas coisas especiais e raras, e o mau fruto que é geral, dá mau sabor e odor a tudo. Por isso, é uma maravilha como o mau príncipe cuida de ter valor quando nele existe um fruto de tão mau sabor e odor e do qual se seguem tantos males e tantas maldades contra tantas gentes e tantas sanidades, que são coisas que muito valem. E o mau sabor e odor do fruto do príncipe se espalha através de suas más obras, as quais eles tentam esconder e encobrir das gentes sob o bom sabor e odor.

Mas como o mau sabor e odor do fruto é geral e não pode ser oculto das gentes – assim como o fogo, que não pode esconder seu calor ao homem que come a pimenta – o príncipe não pode esconder seu vício do povo, pois faz injúrias, maldades e enganar às suas gentes, que possuem olhos com os quais vêem e orelhas com as quais escutam os males que sentem, já que não têm paz, nem bom regimento, nem bom exemplo de seu senhor.

E assim pode-se conhecer que não existe nenhuma árvore que dê tão mau fruto, tantos perigos, tantos danos, nem de onde venha tanto mal como a árvore do mau príncipe.

Bibliografia

Fonte

RAMON LLULL. “Arbre Imperial”. *In: OE*, vol. I, 1957, p. 663-674.

Bibliografia utilizada

CARRERAS I MARTÍ, Joan. *Diccionari de la llengua catalana*. Barcelona: Enciclopèdia Catalana S. A., 1982.

COLOM MATEU, Miquel. *Glossari General Lul·lià*. Mallorca: Editorial Moll, 1982-1985, 05 volumes.

DE SEABRA, Manuel i DEVI, Vimala. *Diccionari català-portuguès*. Barcelona: Enciclopèdia Catalana S. A., 1989.

ROMEU I FIGUERAS, Josep. “Glossari de mots”. *In: RAMON LLULL. Obres Essencials*. Barcelona: Editorial Selecta, 1960, vol. II, p. 1377-1395.